

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: O Estado de São PauloClass.: 13Data: 30 de julho de 1978

Pg.: _____

**Rodrigo Octávio
defende Jari e
imigrante na AM****Da sucursal de
CURITIBA**

O general Rodrigo Octavio Jordão, — ministro do STM e ex-comandante militar da Amazônia — disse, ontem, em Curitiba, que o Projeto Jari Florestal, no Pará, “não deve servir a polémicas, pois está trazendo um grande benefício ao País. Trata-se de um grupo econômico que está na Amazônia aplicando seu dinheiro”. Para o general, a ocupação da Amazônia deve ser realizada com a imigração estrangeira, naturalmente controlada, enquanto o nordestino, normalmente enviado para a região, deve ser fixado em sua origem.

Segundo o ministro Rodrigo Octavio, “é um equívoco pensar que há excesso populacional no Nordeste, e que a solução seria transformar a Amazônia em escoadouro dessa migração. O que acontece é que todo o sertão estava abandonado. Através de um programa de irrigação é que se fará a ocupação de toda aquela área”. O ex-comandante militar da Amazônia afirmou que a ocupação da região “se fará somente com a imigração estrangeira, naturalmente controlada, como foi a colonização de Santa Catarina, por alemães”.

Para ele, existem três problemas fundamentais a serem resolvidos para a melhor ocupação da Amazônia: “A criação do Quinto Exército, pela qual me batil, muito, a criação do Ministério da Amazônia e a redivisão política dos territórios da Amazônia, porque os Estados por ela abrangidos não têm condições de administrar toda a terra existente”.

O general explicou que Manaus, por exemplo, tem uma projeção para o interior do Estado, de apenas 100 quilômetros, assim como Belém e de-

mais capitais: “Portanto — afirmou é preciso redividir aquele território, numa atitude puramente administrativa, e voltar à velha política dos capitães-generais, comandantes de guarnição e governadores. Com essa base se realizaria melhor a ocupação, cuja primeira preocupação seria a de retirar as cidades das várzeas dos rios, onde estão sujeitas anualmente à inundações e transferi-las para terra firme”.

O ministro do STF, que participou ontem, em Curitiba, de almoço comemorativo do 40º aniversário do 2º Batalhão de Engenharia Ferroviária, do qual foi comandante no início da década de 50, sendo sucedido pelo general Euler Bentes — que não compareceu, apesar de convidado — afirmou ainda que no seu entender a Amazônia “precisa ser ocupada na periferia, — fronteiras — prioritariamente, num trabalho que cabe às guarnições militares que precisam ser fortalecidas para essa tarefa”.

Octavio Jordão recusou-se a comentar a integração com os países do pacto Amazônico, afirmando que “não vou falar coisas que não poderiam ser ditas por se tratar de geopolítica”. Para ele, no entanto, a ocupação prioritária deve ser feita pelo “elemento militar, agregado ao elemento autoctone”.

Após considerar que na Amazônia “existem estâncias naturais, como em Paragominas, na Belém-Brasília, no Rio Madeira e em Roraima, onde há condições de se criar tanto gado quanto o existente hoje no Brasil”, o ministro do Supremo Tribunal Militar qualificou de “um crime contra a Nação, um crime de lesa-pátria” os projetos agropecuários que devastaram extensas regiões de matas nativas para plantar gramíneas.